

**O turismo cultural, territorialidade e cultura local da comunidade  
pesqueira artesanal de Arraial do Cabo**

DOI: 10.2436/20.8070.01.120

**Manuela Chagas Manhães**

Doutoranda em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte  
Fluminense, Brasil  
Professora da Universidade Estácio de Sá, Brasil  
Email: [manuelacmanhaes@hotmail.com](mailto:manuelacmanhaes@hotmail.com)

**Júlio Cesar Ramos Esteves**

Doutorado em Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil  
Email: [jesteves48@yahoo.com.br](mailto:jesteves48@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este presente artigo tem como objetivo refletir sobre importância dos elementos estruturantes significativos presentes no modo de vida da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo, Região dos Lagos, para que pensemos na autoidentificação, territorialidade e turismo cultural. Nesse sentido há a relação desse acervo com a constituição da memória social e coletiva, territorialidade, particularidades, além da identidade cultural. Assim sendo, a comunidade de pesca artesanal cabista é uma das comunidades tradicionais que resiste ao tempo, por ter a manutenção da memória social e coletiva com suas devidas ressignificações, sobrevivendo às adversidades e desafios impostos pela atualidade. Entre os meios para que isso aconteça é perceptível que o turismo cultural seria uma alternativa, promovendo uma redefinição da cultural local, com a redescoberta das tradições, dos saberes, sabores desta comunidade, fomentando, então, a sua reorganização e, conseqüentemente, a possibilidade do fortalecimento do sentimento de pertencimento e do reconhecimento social.

**Palavras-chave:** memória social e coletiva, territorialidade, modo de vida cabista.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Geertz (2015, p.10) “compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir suas particularidades”. Isso significa dizer que para

compreendermos seus sistemas simbólicos, os traços culturais precisam estar referendados no que eles praticam, como praticam e porque praticam. Desse modo, é perceptível a correspondência entre tais sistemas simbólicos que são refletidos e reflexos simultaneamente nas e das suas ações.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também, certamente, em várias espécies e artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado merge do papel que desempenham (*Wittgenstein* diria seu “uso”) no padrão da vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras (GEERTZ, 2015, p.12-13).

Além dos vários estados de consciência e a articulação com os elementos simbólicos e as ações, a perspectiva geertziana traz outra concepção sobre a cultura. Não apenas como padrões determinantes do comportamento, mas também como um conjunto de mecanismos de controle. Nesse conjunto encontram-se planos, receitas, regras, instruções, que, na verdade, irão governar a conduta humana dentro da comunidade que vive. Tal fato demonstra a dependência humana por tais mecanismos que são programas culturais que culminam no ordenamento objetivo do comportamento para estar no “mundo”. Dessa forma, Geertz (2015, p. 33) afirma que: A perspectiva da cultura como “mecanismos de controle” inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado a praça da cidade. Em outras palavras, é na convivência social que é apreendido. Será nas ações sociais que as regras, normas e códigos de conduta terão significados, por isso, percebemos a importância da definição da cultura enquanto contexto e, assim, como um conjunto de mecanismos de controle que norteia, governa tais ações e forma sistema eticidade.

Ambas as ideias desenvolvidas por Geertz (2015, p. 32-33) – a primeira que determina a cultura como um complexo de padrões concretos de comportamento, que traz os ritos, as tradições, os costumes, hábitos, e, a segunda como o conjunto de mecanismos de controle –, sobrevivem e se recriam na memória social coletiva. Ambas são essenciais para o sujeito social ser formado e assim estar “apto” para viver na comunidade propriamente dita. Podemos dizer que tais símbolos são dados ao indivíduo, na sua grande maioria, pela socialização e são base da identidade de resistência. Ou seja, o sujeito social os encontra já na dinâmica social quando nasce e eles continuarão a circular após sua morte. Isso é um fato, embora saibamos que segundo a dinâmica social encontremos alterações, alguns acréscimos e redefinições. Como Sahlins (1990, p. 147) diz: “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”. Mas, a base será intermediada nas interações via narrativas. São tais narrativas que permitem a sobrevivência, manutenção e ressignificações da memória social e coletiva, que é uma prerrogativa para as alterações e reinterpretações da própria cultura da comunidade tradicional.

Desse modo, quando refletimos sobre as comunidades pesqueiras tradicionais encontramos aquele acervo cultural alicerçado em um contexto que orienta a constituição da identidade de resistência. Logo, segundo Geertz (2015, p. 17) o objeto da etnografia é descrever e compreender “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”. Nesse sentido, é fundamental, para que haja compreensão da importância da cultura, a relação entre passado e presente, tornando possível a determinação de tais estruturas significantes. Consequentemente há a análise cultural do desenvolvimento de ações, ressignificação das tradições e rituais, manutenção de costumes, definição de regras e exercício de tarefas

sociais.

Assim, qualquer análise que efetuemos será uma interpretação dos significados. Tais significados têm em seu bojo o conteúdo simbólico que as gerações anteriores passaram (e passam muitas vezes) para as gerações atuais. Logo, a partir de estruturas significantes mediadas pela linguagem, há variações e novas variáveis de um sistema significado, que é compartilhado entre os membros da comunidade. Por isso, há adequação da identidade de resistência e de projetos na realidade social. Ou seja, compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções. Eles são definidores e determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio histórico cultural. Devido a isso, esses elementos são recontados e reinterpretados permitindo a constituição da memória social individual e coletiva que está sempre sendo reconstruída, reinterpretada. A memória social e coletiva, então, está na contextualização histórica e é formadora da comunidade por intermediar as interações na dinâmica social, da comunidade pesqueiras tradicional, especificamente, de Arraial do Cabo, possibilitando sua sobrevivência às adversidades da Modernidade por meio do turismo cultural.

## 2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

### 2.1 Turismo cultural, cultura local e bens culturais da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo

Quando pensamos na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, logo, nos remetemos as suas belas praias, ao seu clima tropical, em suma, a sua beleza natural. Essa região é formada por diversos municípios, entre eles, podemos citar alguns mais conhecidos: Cabo Frio, Búzios, Iguaba e Arraial do Cabo. Cada qual com suas características peculiares, principalmente, na formação cultural e, também no que se refere à beleza natural. Neste aspecto, uma das questões definidoras de Arraial do Cabo são suas praias azuis cercadas por vegetação nativa e morros, praias de areia branca e fina, de águas geladas devido ao fenômeno de ressurgência, sendo considerada a capital do mergulho no Brasil.

O fato é que a dimensão da magnífica beleza do meio ambiente de Arraial do Cabo acabou por sobressair e provocou um tipo de turismo específico, exploratório do meio ambiente (turismo ambiental). De acordo com Dias (2006, p. 16-17) o modo como o turismo é implantado em uma região está, na verdade, relacionado com a política adotada pela gestão local. Assim, ao entender o turismo ambiental como forma de gerar benefícios à curto prazo, há uma manifestação periférica de acumulação capitalista. A preocupação por tais benefícios, então, não é mediada por uma organização. Há consequência dessa implementação rápida e desordenada, ou seja, há prejuízos e um desenvolvimento insustentável. Dessa forma, o turismo passa a ser visto como espaço produtivo. Assim, na constituição do turismo ambiental, o imaginário coletivo é formado por lugares, destinos específicos identificados por *sol e praia*.

Segundo Dias (2006, p. 52) o turismo, na verdade, pode ser categorizado em duas vertentes: aqueles que se referem aos espaços naturais e aqueles que estão associados aos espaços culturais. Essas duas vertentes são percebidas a partir dos últimos anos do século XX. Neste aspecto, Dias (2006, p. 17) afirma: “(...) houve uma multiplicação dos lugares turísticos, tanto dos tradicionais – *sol e praia* – quando dos novos, que exploram outras motivações para o deslocamento de pessoas”, esse definido como turismo cultural. Nessa

perspectiva, ao nos depararmos com uma cultura local tão rica, nosso questionamento se volta para a limitação turística dessa região.

Assim, Dias (2006, p.19) salienta que na definição do Turismo cultural encontramos elementos comuns a todas as culturas, embora apresentem conteúdos distintos. Esses elementos básicos seriam a existência de crenças, valores, costumes, normas, sanções, símbolos, idioma, ferramentas (utensílios). Dessa forma, a diversidade cultural é factual. Partindo desse pressuposto, a Convenção sobre Diversidade Cultural<sup>1</sup> de 2005 considera como cultura: “O conjunto de traços distintos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos, os estilos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Já no que se refere aos bens culturais, esta Convenção os define de maneira mais ampla, incluindo também, a noção de serviços culturais. Desse modo, tal documento definirá que bens e serviços culturais seriam todos aqueles bens, serviços e atividades que se originam das expressões e manifestações culturais. Dessa forma tanto os bens quanto os serviços culturais são considerados como um resultado do trabalho humano, além de transmitirem determinado significado cultural de uma comunidade que se distinguem do valor comercial e geram ou podem gerar uma propriedade intelectual de um povo, comunidade, grupo.

## 2.2 Formação cabista, autoidentificação e territorialidade

A formação da população de Arraial do Cabo, definida como cabista, se deu em torno da pesca artesanal independentemente da praia. Tal constituição populacional aconteceu a partir de distintas etnias, que foram reféns do isolamento geográfico. Isso possibilitou uma definição bastante peculiar de suas particularidades, ou seja, dos elementos culturais estruturantes tanto materiais quanto imateriais, assim como, dos seus bens e serviços culturais. Sendo assim, entendemos que o turismo quando atrelado aos espaços culturais favorece não só a autoidentificação dos membros da comunidade e o fortalecimento do reconhecimento social comunitário, mas, também, a organização da comunidade, em torno do que considerado patrimônio cultural, ou seja, a sua cultura local. Essa pode redefinir a prática turística nessa região, tendo tanto o turismo ambiental quanto turismo cultural, promovendo uma nova possibilidade de geração de trabalho e renda para essa comunidade. Da mesma forma, favoreceria o sentido da identidade cultural e possibilidades de ressignificação, exercendo uma função social primordial entre os seus membros, ao desenvolverem o respeito, autorespeito, promovendo, então, a autoestima dessa comunidade tradicional. Nesse aspecto, Dias (2006, p. 59) afirma que:

O turismo cultural oferece oportunidade de a comunidade redefinir as funções do fato cultural, ao adaptá-lo a uma nova realidade, sem perder de vínculo com o grupo social, que o insere em um novo contexto, no qual passa a figurar também um elemento simbólico, que contribui para a definição e para a consolidação da identidade coletiva. O estímulo dado pela atividade turística contribui para o resgate de muitas tradições, as quais, embora, redefinidas, transformadas, mantêm-se como elemento que dá coesão ao grupo a que estão vinculadas historicamente e que continua a encená-las como sua. Esse processo é o responsável pelo resgate de muitas tradições que estavam ameaçadas de desaparecimento em todo país.

---

<sup>1</sup> UNESCO, Convenção sobre Diversidade Cultural 33<sup>a</sup>. Conferência Geral da Unesco Paris, out., 2005b. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Vol. 9, Número Especial, Mar. 2019, p. 114-122.* <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>

Obviamente, sabemos que a história é recontada, e, é a memória social e coletiva vivenciada na realidade social que favorece para que tais manifestações e traços culturais estejam presentes no dia-a-dia dos membros da comunidade. Porém, ao pensarmos no “resgate” de uma cultura, estamos, na verdade, refletindo sobre a reinvenção das tradições, os objetos significativos diante de novas condições sociais. Nesse sentido, há uma relação direta entre tais reinvenções e objetos e a autenticidade da cultura local. Isso acontece devido à autenticidade ser percebida dentro do contexto social, dentro de um processo que é contínuo e dinâmico, no qual serão incorporados novos elementos e sentidos, sem descaracterizar a comunidade propriamente dita, tendo a manutenção de seus elementos estruturantes significativos. Nas palavras de Dias (2006, p.60): “O fato cultural autêntico sofre mutações em função de novas realidades vividas pela comunidade e, embora possa ter como referência o passado, articula-se com o presente e cumpre novas funções sociais”.

### 2.3 Fato cultural e memória social e coletiva

Para, além do fato cultural e suas novas funções sociais, Candau (2016) afirma que a memória coletiva tem um eixo, uma trajetória que é constituída por um marco, traz referências de acontecimentos. Há uma seleção mnemônica e simbólica de certos fatos reais e imaginários. Neste aspecto Candau (2016, p.99) afirma que:

São átomos que compõem a identidade narrativa do sujeito e asseguram a estrutura dessa identidade (...) a força da memória dependerá da coerência gera do campo memorável, quer dizer, da estruturação mais ou menos homogênea do conjunto de lembranças a partir de um momento de origem e de uma sucessão de fatos. Como demonstrou *Halbwachs*, o trabalho de produção de um campo memorável será mais fortalecido quando encontrar um eco naquilo que ele denomina de pensamento coletivo e que é, de fato, um certo grau de convergência entre as representações que cada indivíduo mantém e se esforça em compartilhar com outros membros do grupo.

Há um processo na recuperação da memória e coletiva, por procurar cada vez mais incorporar manifestações e elementos culturais, de uma maneira geral, que representarão o passado por meio de uma sucessão de fatos, que são determinados por condições sociais no presente, experimentados pelos membros da comunidade. Esse processo parte da recuperação da memória histórica, de fatos narrados, contados e recontados, que sobrevivem no cotidiano da comunidade tradicional pesqueira cabista. Isso possibilita a adaptação da memória social e coletiva aquelas condições sociais que aparecem no dia-a-dia, e, que fomentam o fato cultural e suas nuances.

Dessa forma, compreendemos que a cultura local pesqueira cabista é uma produção histórica advinda de “eco” do pensamento coletivo na atualidade. Então, a cultura local é parte das relações sociais travadas no cotidiano, o qual há expressões e manifestações culturais, nas quais, encontraremos representação do passado no presente. Por isso, existe uma relação da autenticidade com a identidade cultural, a qual estará refletida nessas manifestações que percorrem a realidade social. Tal relação pode ser considerada como uma maneira de driblar às tentativas de homogeneização cultural, que se tornaram comuns na atualidade. Por isso, que a reinvenção das tradições preserva a própria comunidade, fortalecendo, então, o sentido de identidade cultural por meio da sua cultura local, dos seus bens e serviços culturais, além da sua historicidade, quando os membros estão envolvidos nessa relação.



Em decorrência disso, se uma manifestação cultural popular não apresentar pessoas que integram a comunidade retratada, ela não poderá reforçar a identidade cultural dessa comunidade, pois não existe a condição fundamental da continuidade – existência de integrantes da cultura local – da manifestação tradicional. Portanto, a participação de membros da comunidade na manifestação é condição necessária para que cumpra sua função social de fortalecer a identidade do grupo. Segundo Ferreira, a festa é um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada – necessário para garantir a integridade do indivíduo. Isso significa dizer que a manifestação cultural imaginada, reinterpretada ou reinventada pela comunidade, ao ser incorporada à alma coletiva, serve de amálgama na consolidação da identidade grupal, que fortalece o indivíduo por fornecer-lhe a base de sustentação psicológica necessária para enfrentar a realidade, que será comprometida a partir da cultura constituída pelo grupo social do qual faz parte (DIAS, 2006, p.61).

Nesse contexto, o patrimônio cultural que representa uma comunidade não pode ser segmentado de seu contexto histórico e de sua ressignificação. Deve ser primeiramente vivenciada e compactuada pelos membros da comunidade. Ou seja, a valorização da própria particularidade cultural se depara com um processo pela busca do reconhecimento social. Assim sendo, quando refletimos sobre o reconhecimento social da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo, pensamos no valor de sua identidade cultural. Portanto, haveria relevância dos traços culturais e manifestações culturais que compõem a cultura local, assim como, os bens e serviços culturais. Esses possibilitariam um novo tipo de turismo nessa região: o turismo cultural. Isso se evidencia quando compreendemos que a cultura local dessa comunidade pesqueira se expressa pela definição simbólica de seus objetos significativos e elementos estruturantes historicamente construídos tanto materiais quanto imateriais, dando sentido ao que é definido como Patrimônio Cultural e sua relação com o turismo cultural.

Pelegrini & Funari (2008, p.26-27) definem a cultura material e imaterial, partimos do pressuposto de que material, traz a noção de matéria, designando algo concreto, que é resultado do trabalho humano e que é apropriado pelas comunidades e sociedades. Em nosso caso envolvem o trabalho definido pelo desenvolvimento da pesca artesanal, da produção de diversos instrumentos, de artesanatos, de sua historicidade e narrativas, e do processo produtivo ao longo da história, constituindo o modo de vida. Já no concerne imaterial seria definida como algo intangível, intocável, e, por isso, representa a “cultura da alma”. Ambas definem a identidade cultural de uma comunidade, de uma sociedade. No entanto, de maneira geral, a compreensão da cultura imaterial na sua totalidade de significações, seria maior do que a materialidade por si mesma.

Partimos de Funari & Pelegrini (2008) os quais possibilitam a reflexão sobre a cultura imaterial e a constituição do patrimônio imaterial segundo a Convenção de 2003 realizada pela UNESCO. Tal Convenção é denominada “Convenção para a Salvaguarda do patrimônio Imaterial”. Essa Convenção, então, dedicou-se à problemática que envolve o patrimônio cultural imaterial. Tais elementos imateriais teriam seu reconhecimento nas tradições, saberes, expressões orais, incluindo o idioma como o grande veículo do próprio patrimônio imaterial. Para, além disso, estariam nas expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, os conhecimentos, técnicas artesanais tradicionais e práticas relacionadas à natureza e ao universo criado e recriado pela comunidade tradicional, muitas vezes, transmitidos oralmente pelas narrativas.

A despeito da análise dos avanços e retrocessos no processo de reconhecimento da pluralidade cultural, nunca é demais lembrar que a acepção do patrimônio intangível assentou-se na idéia de que esse patrimônio se constitui de um conjunto de formas de cultura tradicional, popular e folclórica, ou seja, “obras coletivas” que emanam de uma cultura e se fundamentam nas tradições transmitidas oralmente ou a partir de expressões gestuais que podem sofrer modificações no decorrer do tempo por meio de processos de recriação coletiva (...) essa diversidade resulta numa “multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo” que, por sua vez, influencia valores que definem sua relação com o patrimônio e o sentido de pertencimento de uns agentes sociais, em relação aos outros, sejam eles homens ou mulheres, crianças ou adultos, jovens ou idosos (PELEGRINI & FUNARI, 2008, p.62-63).

Desse modo, o patrimônio cultural e a valorização das distintas culturas locais tradicionais são condicionados pela vida cotidiana e pela recriação coletiva, na qual há a narrativa como grande instrumento. Logo, com a interação social entre os integrantes da comunidade tradicional ha reestruturação das identidades culturais, que representam as comunidades tradicionais, da mesma forma, se houvesse a prática do turismo cultural. Isso se deve ao fato, da cultura ser considerada, um grande produto humano e, que edifica a identidade cultural e como tal, é digna de preservação.

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, portanto, das alterações sofridas pelas acepções do conceito cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. A própria dinâmica cultural expressa nos movimentos que deram origem à discussão sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial e à historicidade dos conceitos que a envolvem explicam o reconhecimento de que o patrimônio materializa as mais diversas formas de cultura (...) (PELEGRINI & FUNARI, 2008, p.31).

Diante de tal afirmação, no que se refere à cultura imaterial, essa seria a representação da “cultura da alma” da comunidade tradicional, por isso, enquanto patrimônio cultural imaterial deve ser resguardado diante de sua historicidade e da “materialização” de seus significados. Portanto, a cultura imaterial da comunidade de pesca cabista criou, devido a sua formação, diversos signos, símbolos, valores, rituais, saberes, sonoridades e sabores. Estes são expressos nas suas percepções, narrativas e manifestações culturais difundidas pela relação dialógica e experimentadas nas relações sociais, por meio da memória social e coletiva. Logo, a cultura imaterial cabista constitui um grande acervo simbólico, e pode favorecer o fortalecimento da identidade cultural, pois ordena o seu “mundo”. Nesse ponto, fica obvio a importância do turismo cultural para a identidade cultural e memória social e coletiva no processo de autoidentificação e redefinição do modo de vida desta comunidade tradicional pesqueira.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa reflexão se debruça, então, sobre a importância da organização dos elementos materiais e imateriais dessa comunidade, e como o turismo cultural seria uma forma de provocar a coesão da comunidade. Esse possibilitaria a revitalização do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, do reconhecimento social na dimensão

comunitária, por meio das novas condições e funções sociais (re) definidas pelas adversidades e desafios cotidianos. Haveria a recriação coletiva e, assim, redefinições e ressignificações, do próprio fato cultural, os quais seriam fundamentais, para que esta comunidade não se perca nem no espaço e nem no tempo.

Desse modo, há nas distintas narrativas os elementos estruturantes significativos, com histórias e enredos que embora sejam rememorados e ressignificados, permitem a definição da sua cultura local, da mesma forma, que permitem a constituição da memória social e coletiva, para que possamos pensar no turismo cultural como uma alternativa para esta comunidade tradicional.

Em suma, por meio do turismo cultural haveria não só o levantamento dos elementos estruturantes significativos, mas também, possibilitaria a reconstituição da identidade coletiva e da autoidentificação, e assim, o fortalecimento do sentimento de pertencimento por meio do reconhecimento social entre os membros da comunidade. Tal fato é de suma importância para a sobrevivência da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo e, ainda, permite que se pense em alternativas para geração de trabalho e renda, além de favorecer que o respeito e o respeito próprio possam ser vivenciados pelos sujeitos sociais pertencentes à comunidade.

#### 4 REFERÊNCIAS

BERANGER, Abel. **Dados históricos de Cabo Frio**. Cabo frio 500 anos de História. 3ª. Ed. Banco do Brasil: 2015

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMACENO, Meri. **Cabistezas “causos” do Arraial**. RJ: Talagarça, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: Recursos que acompanham o crescimento das cidades. SP: Saraiva, 2006

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. Edição; RJ: LTC, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO ACQUA/PETROBRÁS, PROLAGOS. **A pesca oceânica no município de Arraial do Cabo** – Elementos socioeconômicos. Arraial do Cabo:1992.

LEROY, Jean Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Org: Bertha K. Bercker e Mariana Miranda. Rio de Janeiro: Editora UEJ, 1997, p. 251-272.



MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 1992, Coleção Caminhos da História.

PRADO, Simone Moutinho. **Da anchova ao salário mínimo**: uma etnografia sobre injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo. Niterói: EdUFF, 2002.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo & FUNARI, Pedro Paulo. O que é patrimônio cultural imaterial. SP: Brasiliense, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de histórias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

UNESCO. **Convenção sobre a diversidade cultural**. 33ª. Conferência Geral da Unesco, Paris, out. 2005.

### **The cultural tourism, territoriality and local culture of the artisanal fishing community of Arraial do Cabo**

**Abstract:** *This article aims to reflect on the importance of the significant structuring elements present in the way of life of the artisanal fishing community of Arraial do Cabo, Lagos Region, so that we think about self - identification, territoriality and cultural tourism. In this sense there is the relation of this collection with the constitution of social and collective memory, territoriality, particularities, as well as cultural identity. Thus, the traditional artisanal fishing community is one of the traditional communities that stands the test of time, maintaining the social and collective memory with its dueignifications, surviving the adversities and challenges imposed by the present time. Among the means to make it happen is noticeable that cultural tourism is an alternative, promoting a redefinition of the local culture, with the rediscovery of traditions, knowledge, flavors of this community, fostering then its reorganization and, accordingly, the possibility the strengthening of the sense of belonging and social recognition.*

**Keywords:** *social and collective memory, territory, way of life.*

Artigo recebido em 03/06/2018. Aceito para publicação em 06/02/2019.